

A Defesa ainda Existe?

Mária do Rosário de Moraes Vaz

O combate imperioso ao *inimigo invisível* não pode levar a descurar as necessidades específicas da política de defesa, nacional e europeia, nem subordinar a essa única tarefa o esforço de cooperação internacional. A credibilidade do instrumento militar é uma das componentes essenciais da resolução das crises e conflitos que continuam a atentar contra a paz e a criar a insegurança na Europa e no mundo.

Se o mundo não mudou no dia 11 de Setembro de 2001, a ideia de segurança e defesa mudou certamente, e duas tentações contrárias, tão inquietante uma como a outra, se manifestaram de imediato. A primeira é a de considerar que o instrumento militar, perante o inimigo invisível, sem rosto, sem Estado, sem exército, sem território, sem nenhum dos atributos tradicionais do poder, entra em acelerada obsolescência e não serve para nada: é um luxo caro e dispensável.

A tentação contrária é a de que para combater as difusas ameaças que pesam sobre as sociedades ocidentais, venham de redes terroristas «internacionais» que instalam quintas-colunas no seu seio ou venham, potencialmente, de Estados proscritos ou fracos em que o poder está ou pode vir a cair na mão de fanáticos ou de loucos, os riscos e as vulnerabilidades de segurança sejam definidos em termos hiper-defensivos, societários, avessos ao pleno exercício das liberdades fundamentais, dando razão à conhecida máxima «tudo é defesa» e tudo a ela se submete.

E se os atentados contra os Estados Unidos simbolizam tragicamente as «guerras» que o futuro nos reserva, então as sociedades têm de armar-se até aos dentes e proteger-se por todos os meios, e usar inclusive o instrumento militar para combater o inimigo invisível escondido no seu próprio interior mas originado e comandado de territórios bárbaros e longínquos. Se o Ocidente é vulnerável a ataques terroristas no seu próprio território que causam devastação e morte em níveis que antes se julgava estarem apenas ao alcance do poder bélico dos Estados, então tem de retaliar ou procurar extirpar o terrorismo com acções de guerra e não necessariamente contra Estados e exércitos convencionais, e adaptar também a essa função as suas forças armadas.

Oscila-se pois entre a consideração do fracasso ou inutilidade do instrumento militar como é hoje concebido perante as ameaças dantescas do futuro, e a tentação de o orientar excessivamente para a guerra contra o terrorismo, agora que a tragédia americana transformou os Estados Unidos no maior paladino desse combate. Em Portugal, parece estar-se a ceder à primeira tentação, não sem algumas manifestações episódicas da segunda, que aliás levam à constatação quase imediata da pouca adequação dos meios disponíveis. Remete-se por exemplo a manifestação de solidariedade com os Estados Unidos em caso de operação militar à cedência de facilidades (foi oficialmente anunciada a autorização de uso da base das Lajes e de sobrevoo do território), não tanto por se ajuizar ser essa a opção mais apropriada mas por não haver aparentemente outra que, em termos militares, se possa tomar.

Para tentar discernir as consequências da tragédia americana para a política de defesa e segurança europeia e mais directamente para a política de defesa de Portugal, que atravessa justamente um momento de tardia redefinição, há que atentar numa circunstância que o horror e o choque provocado pela dimensão atroz da carnificina obscureceu: os ataques contra o World Trade Centre e o Pentágono, centro de comando do poderio militar americano, que miticamente se considerava invulnerável, foram levados a cabo com meios intrinsecamente não letais e inteiramente civis, o que põe efectivamente em dúvida a eficácia de meios militares para enfrentar e sobretudo prevenir ataques de tipo semelhante.

A estratégia americana condiciona em grande parte, por acção ou omissão, a política de segurança e de defesa dos membros da Nato. Essa evidência não é nova, mas torna-se gritante agora que os europeus se sentem solidariamente atingidos pela tragédia americana. Foi em parte dessa constatação, e do desejo legítimo de uma certa margem de autonomia, que levou os membros da União a pensar seriamente a defesa europeia e a constituir, embora com exasperante lentidão (o horizonte é o ano de 2003), uma força expedicionária denominada força de reacção rápida com a modesta dimensão de um corpo de exército.

Por se considerar prioritário o combate ao terrorismo – e é-o certamente, sob todas as suas formas – não podem descurar-se os problemas de segurança de uma outra natureza que, não resolvidos, constituem outros tantos riscos também desse ponto de vista. Assim o demonstram Timor, o Kosovo e a Macedónia, o conflito israelo-árabe ou o conflito entre a Índia e o Paquistão em torno de Cachemira, para nomear apenas alguns poucos. A «exportação de segurança» – a resolução de conflitos ou a sua prevenção –, que não raro exige também, e por vezes com carácter de urgência, o emprego de meios militares, é vital para assegurar transições políticas democráticas, para fazer imperar a justiça e o direito, para proteger populações inteiras, para criar no fundo o ambiente conducente à erradicação, a prazo, da ameaça terrorista que pesa sobre todas as sociedades, e não apenas nem principalmente sobre as ocidentais.

Não está posta em causa, longe disso, a absoluta necessidade da política de defesa europeia propriamente dita, nem fica posta de parte, independentemente da reorientação que irá com certeza operar-se na acção diplomática e na estratégia militar americana, a autonomia europeia inclusive do ponto de vista militar. A solidariedade não se mede pelo seguidismo nem pela imitação. Pode haver conflitos de interesses, inclusive no capítulo da segurança, justamente por haver coincidência maior no campo dos valores, sem que isso represente uma quebra da solidariedade fundamental. A resposta aos atentados de Nova Iorque e a todos os outros que, por esse mundo fora, têm feito e farão incontáveis vítimas de todas as religiões, raças e nações, exige também um reforço da coerência e da eficácia da política externa, de segurança e de defesa comum da União.

Não é compreensível nem saudável que os europeus não possam ainda prescindir dos americanos, quer em termos políticos quer em termos meramente operacionais, para garantir, para além do seu termo e em reduzida dimensão, a actual operação da Nato na Macedónia, que não excede 3 mil e quinhentos homens. Não é compreensível nem aceitável a quase completa exclusão dos europeus da resolução do conflito israelo-palestino. Embora a causa maior dessas omissões ou ausências europeias seja política, há também certas lacunas militares que lhes servem de justificação adicional e que é preciso preencher. E há vantagem evidente em preenchê-las em conjunto, de forma integrada e partilhada, pensando e planificando o aparelho militar para acções conjuntas (que aconselham e exigem algum grau de especialização) e não puxando cada um para seu lado e procurando, sem que haja para isso dinheiro nem sustentação pública, manter exércitos

preparados para responder isoladamente a todas as ameaças, abertas ou veladas.

Há absoluta necessidade de completar a reestruturação e o rearmamento das forças armadas portuguesas. Há absoluta necessidade de clarificar as prioridades da política de defesa de Portugal, incorporando na doutrina e traduzindo na prática a grande mudança operada na Europa após 1989 – que é a decidida opção por privilegiar a produção de segurança para fora sobre a estrita postura defensiva, colectiva ou individualmente considerada. Todos os países europeus sem excepção alteraram a sua doutrina de maneira a dar prioridade a missões directamente relacionadas com a segurança internacional, e a elas adaptaram radicalmente os seus exércitos, convictos de que é no contributo para reforçar justamente a paz e a segurança internacional que melhor defendem os seus cidadãos. A carnificina de Nova Iorque não põe em causa o bem fundado desta atitude, pelo contrário.

As missões militares concretas que correspondem à reorientação geral para a imposição ou manutenção da paz e segurança internacional (e que no caso específico do combate ou da prevenção do terrorismo podem exigir operações de características perfeitamente ofensivas, como missões de «extracção» de militares ou civis em perigo, destruição de campos de treino ou operações contra grupos paramilitares) exigem exércitos relativamente pequenos, profissionais, integrados, com estruturas de comando conjunto, flexíveis, móveis e com algum tipo de capacidade para operações especiais, bem armados e equipados e com capacidade de transporte em tempo útil.

Exigem igualmente alguma sobriedade em relação ao fascínio que a tecnologia parece exercer. Contra ameaças de baixo teor tecnológico, o excesso de sofisticação e a confiança absoluta na supremacia tecnológica, que por definição é falível, pode ser uma fraqueza. Se é necessário modernizar os equipamentos para melhorar a eficácia das acções e de um modo geral garantir o menor número possível de baixas (que sempre existirão, no entanto), é necessário fazê-lo com bom senso, sem perder de vista os fins precisos a atingir e a maior probabilidade de emprego dos meios a adquirir.

O caso particular da próxima lei de programação militar e designadamente o debate em torno da compra de três submarinos, que como qualquer outra aquisição de grande volume compromete meios financeiros a longo prazo, ilustra estes dilemas. Há que avaliar o reequipamento das forças armadas como um todo, no conjunto dos três ramos e na perspectiva da sua actuação conjugada, independentemente de continuar obviamente a haver missões que serão confiadas apenas a um deles. A questão do esforço financeiro a consentir para a modernização das forças armadas nunca poderá ser avaliada fazendo uma espécie de média aritmética entre as «shopping lists» de cada um dos ramos, elaboradas por cada um separadamente e a que presidiu ainda por cima um conceito estratégico nacional e militar em parte obsoleto, em vez do enunciado de prioridades claras em matéria de emprego de forças. Mesmo grandes exércitos como o dos Estados Unidos manifestam preocupações com a rivalidade doutrinária e a fraca interoperacionalidade dos ramos, e a excessiva disparidade dos meios e equipamentos de cada um, que prejudica evidentemente o seu emprego eficaz em operações conjuntas. Mais terão que se preocupar com isso países que não querem nem podem (nem isso é preciso) ultrapassar fasquias inferiores a 2% do PIB para os gastos com a defesa.

Por outro lado, não é demais insistir em que a interoperacionalidade e a harmonização dos equipamentos deve transcender o nível puramente nacional. É uma evidência que fala por si que a probabilidade de emprego das forças armadas portuguesas em missões uninacionais é baixíssima. A defesa europeia, apesar do sobressalto por que passa actualmente, far-se-á. As operações multinacionais

lideradas pela Nato continuarão e provavelmente aumentarão, dentro e fora da Europa. O repensar da programação militar, mais necessário ainda num momento de recessão, ou pelo menos estagnação, e de absoluta necessidade de contenção orçamental, deve ter fortemente em conta este factor, sob pena de criar na opinião pública a ideia de que não vale a pena participar em esforços colectivos ou conjuntos se afinal daí resulta um gasto suplementar e não uma poupança. É nociva, e ainda por cima falsa, a ideia de que é preciso gastar mais porque assumimos compromissos para com outros, como se esses compromissos não correspondessem justamente a uma defesa consequente dos interesses nacionais. A realidade é que os interesses nacionais não podem, no ambiente de segurança que se vive, ser defendidos isoladamente.

Os gastos com a defesa, quer em forças quer em meios quer ainda na sua proporção relativa, têm de ser medidos de acordo com as metas e prioridades clara e explicitamente formuladas, decorrentes de uma política de defesa que enuncia objectivos precisos e não apenas vagos princípios gerais. As reduções orçamentais e as constantes e prolongadas hesitações em matéria de rearmamento causam mal-estar e tensão nas relações entre políticos e militares e perplexidade na opinião pública. O poder político é acusado, não sem alguma razão, de ter relegado para segundo plano a política de defesa e adiado sucessivamente a reestruturação das forças armadas. Que se aproveite pois o impulso solidário provocado pela tragédia americana para, com serenidade e lucidez, repensar exactamente que forças armadas queremos, com que tamanho, com que meios, com que estrutura de comando, com que missões, precisamente.

O combate ao terrorismo exige, para ser bem sucedido, um enorme reforço da cooperação internacional para a erradicação das causas que lhe dão origem. O terrorismo – seja de grupos ou de Estado, e inclusive quando se serve do instrumento militar contra alvos civis – constitui uma ameaça real em muitos e uma ameaça potencial contra todos os países do mundo. É nesse sentido uma preocupação de segurança universal, e o seu combate um interesse também universal. Não pode porém servir de pretexto nem a concessões a Estados que noutros campos se colocam fora da lei e das regras da convivência pacífica, nem a desvarios militaristas ou policiais que comprometeriam por outra via os princípios democráticos e a segurança dos cidadãos. É um bom pretexto para repensar também as prioridades europeias, tanto no plano interno como externo, e assegurar coerência e complementaridade nos vários aspectos, inclusive militar, da acção externa da União Europeia. Portugal não deve, independentemente de olhar ao que tem de remediar no plano interno, alhear-se desse esforço comum.